

ALIMENTAÇÃO SAÚDAVEL E A DIFICULDADE PARA TORNA-LA REAL: INCLUSÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

HEALTHY EATING AND THE DIFFICULTY OF MAKING IT

Hérika Aquino Dos Santos Gomes¹, Ather Barbosa Figueiredo ², João Luiz Sousa Cardoso³, Elisangela Cristina Martins da Silva⁴, Lorena Limão Vieira Dos Santos⁵

Data de publicação: 21/10/2025

Palavras-chave:

Promoção da Saúde;
Agricultura Familiar;
Atenção Primária a
Saúde; Serviços de
Saúde Escolar.

Resumo: O Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) apresenta diretrizes alimentares regulamentadoras para uma alimentação adequada e saudável. Nas escolas esse programa tem força, devido legislação prevista, e ainda pode contribuir na consolidação da agricultura familiar em comunidade carente. O presente trabalho foi realizado por meio do estudo exploratório na literatura que abordasse a temática alimentação saudável e agricultura familiar. A partir da análise dos artigos foi identificado mecanismos potencialmente integradores entre a saúde e a educação onde foi destacado pontos negativos e assertivos dos programas que podem afetar nas condições de vida dos escolares. Em âmbito municipal, o planejamento das ações nutricionais corresponde a um conjunto de fatores, onde as tensões observadas ao longo do processo de implementação dos programas alimentares, as necessidades de planejar políticas de forma integrativa tem demandado arranjos institucionais e processos políticos inovadores para estados e municípios. Portanto, os arranjos experimentados carecem de abordagem integrada voltada às soluções articuladas que resultem em mudanças substantivas das carências nutricionais, onde a alimentação saudável deve estar sempre ligada a atenção primária.

Keywords:

Health Promotion;
Family Farming; Primary
Health Care; School
Health Services.

Abstract: The Food Guide for the Brazilian Population (GAPB) presents regulatory dietary guidelines for adequate and healthy eating. In schools, this program is strong, due to the legislation provided for, and can also contribute to the consolidation of family farming in needy communities. This work was carried out through an exploratory study in literature that addressed the theme of healthy eating and family farming. From the analysis of the articles, we identified potentially integrative mechanisms between health and education, highlighting negative and assertive points of the programs that can affect the living conditions of students. At the municipal level, the planning of nutritional actions corresponds to a set of factors, where the tensions observed throughout the process of implementing food programs, the need to plan policies in an integrative manner have demanded institutional arrangements and innovative political processes for states and municipalities. Therefore, the

¹ Discente do Curso de Nutrição pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (UNIFADESA). Parauapebas, Pará; Brasil.

² Mestre em Ensino em Saúde pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Docente do Centro Universitário para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (UNIFADESA). Parauapebas, Pará; Brasil.

³ Graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Parauapebas, Pará, Brasil.

⁴ Mestra em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Docente do Centro Universitário para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (UNIFADESA). Parauapebas, Pará; Brasil.

⁵ Doutora Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, Pará; Brasil.

arrangements tested lack an integrated approach aimed at articulated solutions that result in substantial changes in nutritional deficiencies, where healthy eating should always be linked to primary care.

INTRODUÇÃO

O Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) estabelece diretrizes para uma alimentação adequada e saudável, baseada em alimentos in natura ou minimamente processados (AIN/MP), como raízes, frutas, legumes, carnes, ovos e cereais integrais. Esses alimentos, classificados como reguladores, construtores e energéticos, são fontes importantes de proteínas, vitaminas, minerais e gorduras benéficas ao organismo (Brasil, 2014; Brasil, 2018). O guia assegura à população o direito à alimentação saudável e serve como instrumento de apoio às ações de educação alimentar desenvolvidas por órgãos públicos e entidades civis.

Atualmente, o GAPB possui uma versão voltada ao cidadão comum, com linguagem acessível e foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes e hipertensão, incentivando o consumo de AIN/MP e a redução de produtos ultraprocessados (Reis, 2019). Contudo, a efetividade dessas orientações ainda enfrenta barreiras estruturais e sociais relacionadas ao acesso desigual a alimentos de qualidade nas comunidades mais vulneráveis.

O ambiente comunitário, fundamental para políticas públicas de segurança alimentar, evidencia a desigualdade de acesso à alimentação adequada. Nas áreas periféricas, o abastecimento é precário e a compra de alimentos saudáveis em feiras ou mercados locais torna-se financeiramente inviável para muitas famílias (Santana, 2020). Em contrapartida, a agricultura urbana — que compreende hortas comunitárias e pequenas produções familiares — surge como alternativa viável para promover segurança alimentar e sustentabilidade (Bortolini *et al.*, 2021).

O novo perfil epidemiológico brasileiro, marcado pelo aumento de doenças crônicas, relaciona-se diretamente à má alimentação e ao sedentarismo. Nesse contexto, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) fortalece a agricultura familiar ao destinar parte dos recursos públicos à compra de alimentos locais, promovendo o desenvolvimento regional e hábitos alimentares saudáveis entre estudantes da rede pública (Kaur, 2021). Essa integração

entre escola, poder público e produtores locais reforça o papel da educação alimentar como política social (OCDE, 2019).

Dessa forma, o problema de pesquisa centra-se na baixa inserção de nutricionistas nas escolas, o que compromete a elaboração adequada dos cardápios e reduz a adesão dos estudantes às práticas alimentares saudáveis. O objetivo deste estudo é analisar a importância da presença do nutricionista escolar e das políticas de incentivo à agricultura familiar na promoção da alimentação saudável, conforme as diretrizes do GAPB, destacando seus impactos na saúde e no desempenho educacional (Kroth, 2019).

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, baseada em material bibliográfico previamente elaborado, como livros e artigos científicos. Foram adotados critérios de inclusão que contemplam textos da literatura sobre alimentação saudável e agricultura familiar, localizados nas bases de dados PubMed e SciELO, publicados entre os anos de 2007 e 2022.

A coleta de dados foi realizada em etapas: inicialmente, procedeu-se à leitura exploratória, com o intuito de identificar obras pertinentes ao tema; em seguida, efetuou-se a leitura seletiva, concentrando-se nas partes mais relevantes; por fim, as informações extraídas foram registradas em instrumento próprio contendo autor, ano, métodos, resultados e conclusões.

Quanto aos aspectos éticos, o estudo compromete-se com o devido reconhecimento dos autores consultados, respeitando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023:2018), que orienta a elaboração de referências bibliográficas. Ressalta-se que os dados coletados têm finalidade estritamente científica, preservando a integridade das fontes utilizadas.

RESULTADO

A análise dos programas e estratégias voltadas à promoção da alimentação e da saúde escolar evidencia avanços significativos na consolidação das políticas públicas brasileiras. O quadro 1 apresenta iniciativas como o Programa Nacional de Suplementação de Ferro (PNSF), o Programa Saúde na Escola (PSE), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a

estratégia NutriSUS, que buscam integrar ações de prevenção, promoção e assistência nutricional entre os Ministérios da Saúde e da Educação (Brasil, 2007; BRASIL, 2009; Brasil, 2013; Brasil, 2015). Essas políticas têm como eixo comum a garantia do direito humano à alimentação adequada e a formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância (Brasil, 2014; Alves *et al.*, 2021). Estudos apontam que o fortalecimento da atenção primária e a articulação intersetorial têm contribuído para ampliar o alcance das ações e potencializar os resultados em saúde e nutrição (Tasca *et al.*, 2020; Bortolini *et al.*, 2021).

Entretanto, os resultados também revelam limitações estruturais e operacionais que comprometem a efetividade das ações. Pesquisas indicam que há baixa adesão da comunidade **escolar**, dificuldades logísticas e falta de envolvimento de gestores e famílias na execução das atividades (Horta *et al.*, 2017; Rumor *et al.*, 2022). Além disso, a insuficiência na aquisição de alimentos da agricultura familiar e a ausência de nutricionistas nas escolas reduzem o impacto positivo do PNAE e de outras políticas correlatas (Soares *et al.*, 2018; Lucena *et al.*, 2017; Kroth, 2019). Tais desafios demonstram a necessidade de fortalecer o vínculo entre escola e território, assegurando maior participação comunitária e sustentabilidade das ações de alimentação saudável e segurança alimentar (Corrêa; Cardoso; Silva, 2020; Araújo *et al.*, 2019; Lima, 2021).

Quadro 1 - Objetivos centrais e vínculos institucionais do Programa Nacional de Suplementação de Ferro (PNSF); Programa Saúde na Escola (PSE); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e estratégia NutriSUS

Programa / Estratégia	Autor	Objetivo	Link institucional	Resultados
PNSF	BRASIL, 2013	Prevenir e controlar a anemia por meio da administração profilática de suplementos de ferro às crianças de 6 a 24 meses de idade, gestantes e mulheres pós-parto ou pós-aborto.	Ministério da Saúde	O programa favorece as comunidades carentes, no âmbito das necessidades quanto a anemia; onde dar-se o início da nutrição por meio da gestação, e fortificação de alguns alimentos, contundo a baixa adesão das mães, e as crianças apresentam rejeição.
PSE	BRASIL, 2007	Contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde.	Ministério da Saúde, Ministério da Educação	Contribui para a articulação entre a rede escolar e a rede básica de saúde, em particular por meio da Estratégia Saúde na Família; as estratégias estão fadadas a mesmice, e em alguns estudos pode se observar dificuldade de adesão por parte de diretores escolares.

PNAE	BRASIL, 2009	Contribuir para o rendimento, aprendizagem e formação de hábitos alimentares saudáveis a todos os alunos da educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas.	Ministério da Educação	A área técnica de alimentação escolar de caráter operacional facilitou a aproximação com diretores, merendeiras das escolas e pais / responsáveis pelos alunos conforme relatos de gestores da saúde e educação bem como dos profissionais que atuam nas escolas; em contrapartida a compra de agricultores familiares foi insuficiente, por falta de diversificação de alimentos, e demora na entrega, levando as escolas problemas de logística e funcionalidades entre os entes.
Nutri SUS	BRASIL, 2015	Potencializar o desenvolvimento infantil, a prevenção e o controle da anemia e outras carências nutricionais específicas em crianças de 6 meses a 3 anos e 11 meses no âmbito do PSE.	Ministério da Saúde	A despeito das dificuldades, mobilizou diferentes setores, profissionais e a comunidade escolar em torno de sua operacionalização. A articulação se deu no nível dos gestores e profissionais responsáveis pela organização e menor participação da comunidade escolar organização de cada ação e se caracterizou pelo maior envolvimento nos processos de tomada de decisão, conforme identificado no conjunto das narrativas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

De modo geral, a avaliação das políticas e estratégias analisadas confirma que a integração entre alimentação escolar, saúde pública e agricultura familiar é essencial para o enfrentamento das desigualdades nutricionais no país. No entanto, a efetividade dessas ações depende de investimentos contínuos em infraestrutura, capacitação profissional e fortalecimento do controle social.

A ampliação do envolvimento comunitário e a valorização das práticas alimentares regionais contribuem para consolidar uma cultura alimentar saudável e sustentável, reforçando a importância da intersetorialidade como princípio orientador das políticas públicas de saúde e educação (Dias, 2016; Popkin, 2020; Begossi *et al.*, 2019; Oliveira *et al.*, 2022). Assim, torna-se evidente que a consolidação de programas como o PNAE, o PSE, o PNSF e o NutriSUS exigem não apenas gestão eficiente, mas também compromisso político e social para transformar o ambiente escolar em espaço de promoção de saúde e cidadania alimentar (Brasil, 2018).

DISCUSSÃO

Em âmbito municipal, o planejamento das ações nutricionais corresponde a um conjunto de fatores, onde as tensões observadas ao longo do processo de implementação dos programas alimentares foram atenuadas com gestores que interligam as necessidades nutritivas ao da atenção básica. Segundo princípios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (Araujo 2019); envolve desde a reorientação das diretrizes regulamentadoras, até aos programas que não estão ligados diretamente as escolas mas fazem parte da observância da saúde pública; o PNAE é considerado um dos principais programas que contribui para a SAN, sobretudo em razão da sua universalização, da obrigatoriedade de compra de 30% de gêneros alimentícios da agricultura familiar, dando ênfase às ações de educação alimentar e nutricional e na regulação da qualidade das refeições oferecidas (Tasca *et. al* 2020).

A necessidade de planejar políticas de forma integrativa tem demandado arranjos institucionais e processos políticos inovadores para estados e municípios em contextos em que predominam a fragmentação do conhecimento e das estruturas institucionais de decisão política socioeconômicas (Dias 2016; Begossi *et al.*, 2019). A indução federal de programas intersetoriais exige a construção de pacto entre setores de política, ou áreas de ação política como saúde, educação e seus subsetores (áreas técnicas, coordenações de programas) que possuem trajetórias e vocações institucionais distintas. Dessa maneira, a “intersectorialidade” pode se expressar sob diferentes diretrizes dietéticas (Corrêa *et al.*, 2020).

A implementação é fundamental e a integração ao contexto pedagógico, é o maior desafio para a saúde pública. Porém o desenho da proposta, a forma como foi estruturada e o processo pelo qual foi negociada a participação dos setores não favoreceram a integração das diretrizes. Ademais, determinadas estratégias consideradas do campo da promoção da saúde, especialmente orientadas pela abordagem da prevenção de doenças, tal qual sugere o NutriSUS, podem ser menos favoráveis à construção da intersectorialidade porque são mais focadas nas ações setoriais da saúde, do que aquelas orientadas pela abordagem socioambiental que objetivam garantir ambientes e contextos de vida saudáveis, tal qual o PNAE pela via da articulação com agricultura familiar (Popkin 2020).

O PSE é um programa com representatividade em todo o Brasil; como base nisso foi realizado a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) que avaliou os dados no ano de

2012, sendo que os resultados apontaram fragilidade das ações políticas para a promoção de saúde do estudante. Identificaram-se significativas desigualdades regionais, entre as quais: as regiões Sul e Sudeste tendem a ter melhores indicadores e maior adesão de alunos em escolas que contemplam os índices de promoção de saúde avaliados (Horta *et al.*, 2017; Toso *et al.*, 2020). Uma instituição formal como o PNAE, que deveria reduzir incertezas e facilitar o processo da compra de alimentos para a alimentação escolar com a parceria da agricultura familiar, mostra, segundo os diretores, que a lei está causando o efeito parcialmente inverso, burocratizando e dificultando o processo de aquisição. Nesse sentido, as mudanças institucionais, em vez de reduzirem as incertezas, trouxeram entraves burocráticos (Soares *et al.*, 2018).

O PNSF por sua vez representa uma normativa importante para combater a magnitude da anemia ferropriva na infância no qual é vista pelo ministério da saúde como um grave problema de saúde pública em muitos dos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, como principal ponto negativo observou-se a baixa adesão das mães à suplementação, devido ao esquecimento e desinteresse. Também se citou o fato de o xarope apresentar efeitos adversos; possuir dosagem insuficiente; provocar rejeição das crianças; possuir um grande volume para administração e a falta de apoio dos médicos ao programa. (Rumor *et al.*, 2022).

No caso do NutriSUS, destaca-se a necessária e complexa aproximação com os programas que promovam a saúde integrativa da comunidade, uma vez que sua operacionalização envolve a construção de pactos entre um conjunto amplo de sujeitos que atuam nestes programas (no nível de gestão central de governo e nas unidades escolares). Portanto, os arranjos experimentados carecem de abordagem integrada voltada às soluções articuladas que resultem em mudanças substantivas das carências nutricionais, onde a alimentação saudável deve estar sempre ligada a atenção primária e voltada para a agricultura familiar, disseminando possíveis dificuldades para torná-la acessível juntos aos de programas intersetoriais em outros contextos federativos (Lucena *et al.*, 2017).

CONCLUSÃO

A consolidação da Nutrição enquanto ciência e campo de atuação social reflete uma trajetória de evolução técnica e conceitual. Inicialmente associada apenas à identificação de nutrientes e calorias, a área passou a integrar um olhar mais abrangente sobre os fatores que determinam o comportamento alimentar e a qualidade de vida da população. A alimentação

saudável, antes restrita à composição bioquímica dos alimentos, transformou-se em uma prática cultural, educativa e social, capaz de promover bem-estar e prevenir doenças. Essa mudança de perspectiva permitiu compreender que a escolha alimentar é influenciada por múltiplos fatores — econômicos, ambientais, culturais e políticos —, exigindo uma abordagem intersetorial e interdisciplinar.

No contexto brasileiro, programas como o PNAE, o PSE, o PNSF e o NutriSUS demonstram o esforço do Estado em articular políticas de saúde e educação com ações voltadas à segurança alimentar e nutricional. Essas estratégias contribuíram para a inserção de novos paradigmas alimentares nas escolas, destacando a importância da alimentação equilibrada desde a infância e a valorização dos produtos oriundos da agricultura familiar. Entretanto, a efetividade dessas políticas ainda encontra desafios, especialmente no que se refere à adesão das instituições escolares e à logística de abastecimento. A burocracia dos processos administrativos e a instabilidade nas entregas de alimentos oriundos de pequenos produtores revelam fragilidades estruturais que precisam ser superadas por meio de planejamento integrado e capacitação técnica.

Outro aspecto relevante é a baixa adesão dos profissionais de saúde, gestores e famílias às ações de promoção alimentar. Observa-se que, à medida que as estratégias de enfrentamento das deficiências nutricionais se deslocam dos espaços do sistema de saúde para o ambiente escolar, ocorre uma redefinição de papéis e responsabilidades. A ausência de acompanhamento contínuo de nutricionistas e a falta de engajamento familiar dificultam a consolidação dos hábitos saudáveis no cotidiano das crianças. Essa lacuna entre a teoria das políticas e a prática cotidiana reforça a necessidade de uma atuação conjunta entre escolas, profissionais da saúde e comunidade, de forma a garantir que os princípios da alimentação adequada sejam compreendidos e incorporados de maneira efetiva.

A agricultura familiar, componente central das políticas de alimentação escolar, também enfrenta limitações que comprometem seu potencial transformador. A pouca diversidade produtiva e a falta de infraestrutura para escoamento e armazenamento de alimentos geram dificuldades em atender à demanda regular das escolas, especialmente em regiões periféricas ou rurais. Superar esses obstáculos requer investimentos em assistência técnica, incentivos à diversificação agrícola e criação de redes cooperativas de produtores, capazes de garantir fornecimento contínuo e de qualidade. Essa aproximação entre o campo e a escola representa

uma oportunidade de desenvolvimento econômico local e de fortalecimento da soberania alimentar.

Apesar das dificuldades, é possível observar avanços significativos nas ações de promoção da saúde infantil e educação nutricional. A criação de vínculos entre as equipes de saúde e a comunidade escolar, o acompanhamento das condições nutricionais dos estudantes e o acesso ampliado às informações sobre alimentação e bem-estar têm contribuído para o fortalecimento da cidadania alimentar. As escolas, nesse contexto, tornam-se espaços privilegiados para o desenvolvimento de práticas educativas transformadoras, capazes de articular conhecimento científico e saberes populares em prol da qualidade de vida coletiva.

Em síntese, os resultados obtidos ao longo do estudo evidenciam que a promoção da alimentação saudável exige mais do que políticas públicas bem elaboradas: requer engajamento político, continuidade administrativa e participação ativa da sociedade. A consolidação de uma cultura alimentar sustentável e inclusiva passa pelo fortalecimento das relações entre Estado, escola, família e agricultores, assegurando que os princípios do Guia Alimentar para a População Brasileira sejam efetivamente traduzidos em práticas cotidianas. Assim, investir em educação alimentar, valorização da produção local e integração entre os setores de saúde e educação constitui um caminho essencial para a construção de um futuro mais justo, saudável e sustentável.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. L. M. S. et al. Condições de vida, saúde e morbidade referida de comunidades quilombolas do semiárido baiano, Brasil. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v. 43, n. 1, p. 226-246, 2019. DOI: 10.22278/2318-2660.2019.v43.n1.a2988.

ALVES KR, MARQUES RJR, MAGALHÃES KA, LOPES ACS. Proposta metodológica para desenvolvimento de grupos para promoção da alimentação adequada e saudável. **Res Soc Dev** 2021; 10(11):e469101119883.

BRASIL. Decreto no 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola--PSE, e dá outras providências. Diário Oficial da União 2007.

BRASIL. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União 2009;

BRASIL. Departamento de Atenção Básica, Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde. Programa Nacional de Suplementação de Ferro: **manual de condutas gerais**. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2a ed. Brasília: MS; 2014.

BRASIL. Departamento de Atenção Básica, Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde. **Estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes** (vitaminas e minerais) em pó – NutriSUS: manual de operacional. Brasília: Ministério da Saúde; 2015.

BRASIL. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). *Alimentos e bebidas ultraprocessados na América Latina: tendências, efeitos na obesidade e implicações para políticas públicas*. Brasília: OPAS; 2018.

BEGOSSI, A. et al. Consumo de peixe na Amazônia: uma revisão das questões de biodiversidade, energia hidrelétrica e segurança alimentar. **Revista Brasileira de Biologia, São Carlos**, v. 79, n. 2, p. 345-357, 2019.

BORTOLINI GA, Pereira TN, Nilson EAF, Pires ACL, Moratori MF, Ramos MKP, Silva AS, Carvalho MFCC, Bressan LA, Faller LA. Evolução das ações de nutrição na atenção primária a saúde nos 20 anos da Política Nacional de Alimentação e Nutrição do Brasil. **Cad. Saúde Pública** 2021; 37:e00152620.

CORRÊA, N. A. F.; CARDOSO, L. F. C.; SILVA, H. P. Comida de quilombo na merenda escolar: interfaces entre a cultura alimentar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Amazônica: Revista de Antropologia**, Belém, v. 12, n. 1, p. 145-163, 2020.

DIAS PC. Convergência de ações para o espaço escolar: articulação entre saúde e educação na construção de estratégias intersetoriais de prevenção e controle do sobrepeso e obesidade em Niterói [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense; 2016.

HORTA RL, Andersen CS, Pinto RO, et al. Promoção da saúde no ambiente escolar no Brasil. **Rev Saúde Pública**. 2017. acesso em 29 mai 2024; 51:1-12. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/9wNcrJR3jRgGfKGGrxQGGSP/?lang=pt>.

KAUR, Randeep. 2021. "Estimando o impacto de programas de alimentação escolar: evidências do esquema de refeições do meio-dia da Índia". **Economia da Educação Revista** 84: 102171.

KROTH, D. e F. Gonçalves. 2019. "O impacto dos gastos públicos municipais sobre a qualidade da educação: uma análise de variáveis instrumentais entre 2007 e 2011". **Planejamento e Políticas Públicas**, 53.

LUCENA ALN, Bezerra MS, Cardoso LRC, Sil - va KC, Pinto SL. Avaliação da adequação nutricional da alimentação escolar ofertada em uma escola de tempo integral do município de Palmas, Tocantins, Brasil. **Revista Cereus** 2017; 9:92-107.

LIMA BB. **Efetividade do programa Promocao da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) na Atenção Primária**: Educação comunitária controlada randomizada. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto; 2021.

OLIVEIRA, E. C. V.; MADRUGA, F. P.; OLIVEIRA, A.; JAGHER, A. Alimentação escolar em creches: pobre em macro e micronutrientes. **Nutrição Clínica**, [s.l.], v. 43, p. 28-41, 2022.

OLIVEIRA, B.; *et al.* Benchmarking global da exposição de crianças à publicidade televisiva de alimentos e bebidas não saudáveis em 22 países. **Obesity Reviews**, v. 20, 2019, p.116-128.

OCDE. 2019. "Resultados do Pisa, Brasil". *Nota do país I-II*. Acesso em 29 mai 2024. Disponível em https://www.oecd.org/pisa/publications/PISA2018_CN_BRA.pdf.

POPKIN B. **Impactos dos alimentos ultraprocessados na saúde**, 2030. Alimentação, agricultura e desenvolvimento rural na América Latina e Caribe, Santiago, Chile: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; 2020.

REIS, D. S. M. Guia alimentar para a população brasileira: deficiências no diálogo entre o Estado e a sociedade. In: MATOS, H.; GIL, P. **Comunicação, políticas públicas e discursos em conflito**. São Paulo: ECA-USP, 2019. p. 77-117.

RUMOR P. C. F., Schulter I. T., Heidemann B., Souza J. B. de Manfrini G. C., Souza J. M. de. Programa Saúde na Escola: potencialidades e limites da articulação intersetorial para promoção da saúde infantil, Rio de Janeiro, **Revista SAÚDE DEBATE**, V. 46, N. Especial 3, P. 116-128, 2022.

SANTANA, M. O.; Analisando o marketing persuasivo de alimentos ultraprocessados na televisão brasileira. **Revista Internacional de Saúde Pública**, v. 65, n. 7, 2020, p. 1067-1077.

SOARES, P.; OLIVEIRA, S. S.; RIBEIRO, R. K.; OLIVEIRA, M. B.; OLIVEIRA, M. C.; CAVALLI, S. B. Programa Nacional de Alimentação Escolar como promotor de sistemas alimentares locais, saudáveis e sustentáveis: Avaliando a implementação financeira. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 4189-197, 2018.

TOSO BRGO, VIERA CS, FURTADO MCC, et al. Ações de Enfermagem no cuidado à criança na atenção primária durante a pandemia de COVID-19. **Rev Soc Bras Enferm Ped**. 2020. acesso em 29 mai 2024; 20(esp):6-15. Disponível em: <https://journal.sobep.org.br/article/acoes-de-enfermagem-no-cuidado-a-crianca-na-atencao-primaria-durante-a-pandemia-de-covid>.

TASCA R, MASSUDA A, CARVALHO WM, BUCHWEITZ C, HARZHEIM E. Recomendações para o fortalecimento da atenção primaria a saúde no Brasil. **Rev. Panam Salud Publicações** 2020;